

LÍNGUA PORTUGUESA

Há salvação para o ensino público

1 O resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), disponível desde
2 ontem na página do Ministério da Educação na internet, evidencia o grau de
3 degradação a que chegou a educação pública no país. Das mil escolas com piores
4 notas nas provas do ano passado, 965 são estaduais. Por outro lado, entre as mil
5 melhores, figuram apenas 36 instituições estaduais de ensino. Forçoso lembrar que
6 85% dos estudantes de nível médio estão matriculados em colégios estaduais.
7 Portanto, de posse desses números tão pífios quanto chocantes, os governantes
8 deveriam agir sem demora, concedendo total prioridade à educação, a fim de evitar
9 que mais uma geração de brasileiros se perca nos limites da iliteracia.

10 Embora tenha conseguido vencer o desafio da universalização no acesso ao
11 ensino fundamental, no fim dos anos 90, o Brasil continua atrasado em relação à
12 qualidade oferecida pela rede pública no ensino médio. Já se tornou tristemente
13 comum encontrar, dentro de classe, adolescentes incapazes de ler e entender textos
14 mais complexos ou mesmo fazer as quatro operações aritméticas. Num mundo cada
15 vez mais marcado pelo avanço do conhecimento e pela inovação tecnológica, o
16 Brasil segue na contramão, embora tenha bons exemplos a mirar.

17 Não se trata de copiar a fórmula da rede particular de ensino (que, aliás,
18 domina a lista do Enem, com 905 entre os mil estabelecimentos com notas mais
19 altas). Há boas escolas públicas no nível fundamental, conforme revelou o estudo
20 'Aprova Brasil – O direito de aprender'. [...]

21 De acordo com o estudo, os projetos pedagógicos com melhores resultados
22 são exatamente os que apelam para a simplicidade e a criatividade. Ou seja, a chave
23 do sucesso não está necessariamente relacionada à qualidade da infraestrutura nem
24 à disponibilidade de recursos. Algumas escolas montaram bem-sucedidos programas
25 de leituras sem terem biblioteca. [...] Mais importante ainda: embora os colégios
26 analisados estivessem situados em diferentes contextos socioeconômicos, tinham
27 algo em comum: professores empenhados e capacitados, estabilidade do corpo de
28 funcionários administrativos e forte apoio dos pais, principalmente na fiscalização da
29 frequência, no controle das lições de casa e até na confecção de lanches.

30 Portanto, é possível elevar a qualidade da educação pública a partir de
31 medidas simples e baratas – bastando, para isso, vontade política e orientação. Mas
32 não há mais tempo a perder.

<http://jbonline.terra.com.br/pextra/2009/04/29/e290424712.asp>

COM BASE NO TEXTO, ASSINALE A ALTERNATIVA QUE COMPLETA CORRETAMENTE AS QUESTÕES DE 01 A 10.

01. O propósito comunicativo do texto é, sobretudo,

- (A) criticar a realização das avaliações do ENEM.
- (B) incitar o leitor a lutar em defesa da escola pública.
- (C) mostrar que a educação pública no Brasil pode melhorar.
- (D) descrever, com detalhes, o sistema de ensino na educação básica.

02. Os resultados do ENEM revelam que

- (A) as escolas da rede pública apresentam uma atuação medíocre.
- (B) a maioria dos estudantes do nível médio pertence às escolas estaduais.
- (C) o Brasil venceu o desafio da universalização no acesso ao ensino fundamental.
- (D) os estabelecimentos de ensino da rede particular têm um desempenho inexpressivo.

03. Há uma estratégia concessiva na seguinte passagem do texto:

- (A) “Das mil escolas com piores notas nas provas do ano passado, 965 são estaduais” (linhas 3-4).
- (B) “Forçoso lembrar que 85% dos estudantes de nível médio estão matriculados em colégios estaduais” (linhas 5-6).
- (C) “os governantes deveriam agir sem demora, concedendo total prioridade à educação, a fim de evitar que mais uma geração de brasileiros se perca nos limites da iliteracia” (linhas 7-9).
- (D) “Embora tenha conseguido vencer o desafio da universalização no acesso ao ensino fundamental, no fim dos anos 90, o Brasil continua atrasado em relação à qualidade oferecida pela rede pública no ensino médio” (linhas 10-12).

04. Com base no contexto lingüístico, pode-se depreender que o vocábulo *iliteracia* (linha 9) significa

- (A) instrução.
- (B) qualidade de literário.
- (C) qualidade do que é literal.
- (D) condição ou estado de iletrado.

05. Entre os motivos que explicam o sucesso de certas escolas públicas de nível fundamental, são citados no texto o(a)

- (A) inovação tecnológica e programas de leituras.
- (B) apoio dos pais e a presença de professores capacitados.
- (C) disponibilidade de recursos e a fiscalização da frequência.
- (D) qualidade da infraestrutura e projetos pedagógicos criativos.

06. Nos enunciados “**Portanto**, é possível elevar a qualidade da educação pública a partir de medidas simples e baratas” (linhas 30-31) e “**Mas** não há mais tempo a perder” (linhas 31-32), as palavras destacadas em negrito expressam, respectivamente :

- (A) explicação e adição.
- (B) restrição e conclusão.
- (C) conclusão e oposição.
- (D) consequência e explicação.

07. Quanto às noções de sintaxe, é **correto** afirmar que

- (A) a oração “concedendo total prioridade à educação” (linha 8) expressa modo.
- (B) o pronome “que” em “que, aliás, domina a lista do Enem” (linhas 17-18) exerce a função de objeto.
- (C) “Das mil escolas com piores notas nas provas do ano passado, 965 são estaduais” (linhas 3-4) é uma oração sem sujeito.
- (D) “Já se tornou tristemente comum encontrar, dentro de classe, adolescentes incapazes de ler e entender textos mais complexos” (linhas 12-14) é um período composto por coordenação.

08. Quanto aos fatos gramaticais da língua, pode-se afirmar que o(a)

- (A) mudança da posição do adjetivo em “bons exemplos a mirar” (linha 16) altera o sentido da expressão.
- (B) pronome “os”, em “são exatamente os que apelam para a simplicidade e a criatividade” (linha 22), refere-se a “resultados”.
- (C) vocábulo “aliás”, em “que, aliás, domina a lista do Enem” (linhas 17-18), poderia ser substituído, sem alteração de sentido, por “a propósito”.
- (D) conjunção “já” em “Já se tornou tristemente comum encontrar, dentro de classe, adolescentes incapazes de ler e entender textos mais complexos” (linhas 12-14), é empregada com valor alternativo.

09. A relação de idéias existente entre os enunciados

“Não se trata de copiar a fórmula da rede particular de ensino” (linha 17)

e “Há boas escolas públicas no nível fundamental” (linha 19),

poderia ser explicitada por meio do conectivo

- (A) “porém”.
- (B) “portanto”.
- (C) “enquanto”
- (D) “visto que”.

10. Observe o documento abaixo:

Maria Auxiliadora Sena da Silva, professora de Ciências deste estabelecimento de ensino, vem mui respeitosamente solicitar a V. S.^a os incentivos a que tem direito por ter concluído o Curso de Especialização em Biologia, no dia 16 de maio de 2009.

Trata-se do fragmento de um

- (A) aviso.
- (B) ofício.
- (C) memorando.
- (D) requerimento.

LEGISLAÇÃO

11. De acordo com a Lei N. 587 de 13 de junho de 2005, os Servidores Civis da Administração Direta, Autarquias, Fundações Públicas e Câmara Municipal de Xinguara perceberão adicionais de insalubridade e de periculosidade, nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes aos trabalhadores em geral, calculados com base nos seguintes percentuais:

- (A) dez, vinte e quarenta por cento, no caso de insalubridade nos graus mínimo, médio e máximo, respectivamente e dez por cento, no de periculosidade, sobre o valor recebido a título de gratificações recebidas.
- (B) dez, vinte e trinta por cento, no caso de insalubridade nos graus mínimo, médio e máximo, respectivamente e dez por cento, no de periculosidade.
- (C) dez, vinte e quarenta por cento, no caso de periculosidade nos graus mínimo, médio e máximo, respectivamente e dez por cento, no de insalubridade.
- (D) dez, vinte e quarenta por cento, no caso de insalubridade nos graus mínimo, médio e máximo, respectivamente e dez por cento, no de periculosidade.

12. No recebimento da gratificação natalina pelo servidor municipal de Xinguara

- (A) a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.
- (B) a fração igual ou superior a 20 (vinte) dias será considerada como mês integral.
- (C) será considerada como base de cálculo as demais vantagens pecuniárias recebidas.
- (D) será paga até o dia 15 (quinze) do mês de dezembro de cada ano.

13. Por reversão entende-se:

- (A) a forma de provimento, em cargo mais compatível, pelo servidor que tenha sofrido limitação em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica oficial.
- (B) a progressão funcional do servidor estável a uma posição que lhe assegure maior vencimento base, dentro da mesma categoria funcional, obedecidos os critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente.
- (C) o reingresso no serviço público do servidor em disponibilidade, em cargo de natureza e padrão correspondente ao que ocupava.
- (D) o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.

14. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á

- (A) a pedido do servidor, ou de ofício.
- (B) a pedido do servidor requerente de abertura de processo administrativo disciplinar.
- (C) mediante solicitação da Secretaria onde o servidor estiver lotado.
- (D) somente por ofício do chefe imediato do servidor exonerado.

15. Vencimento é

- (A) o acúmulo das vantagens pecuniárias permanentes percebidas pelo servidor.
- (B) a retribuição pecuniária calculada a partir da quantidade de salários mínimos percebidos pelo servidor.
- (C) a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
- (D) o salário mínimo mensal percebido pelo servidor.

16. As diárias percebidas pelo servidor municipal constituem

- (A) remuneração.
- (B) indenização.
- (C) salário.
- (D) gratificação adicional.

17. Ao servidor investido em função de direção, chefia ou assessoramento é devida uma gratificação, pelo seu exercício, de

- (A) até 50% (cinquenta por cento).
- (B) no mínimo 50% (cinquenta por cento).
- (C) até 30% (trinta por cento).
- (D) até 80% (oitenta por cento).

18. O valor da contribuição para a Previdência Social do servidor municipal, será sempre fixado por

- (A) decreto legislativo municipal.
- (B) lei municipal.
- (C) lei estadual.
- (D) lei federal.

19. A demissão do servidor é

- (A) o afastamento do cargo decorrente de prática de infração disciplinar, apurada em inquérito administrativo, assegurada ao acusado ampla defesa, em obediência ao princípio do contraditório.
- (B) a exoneração de cargo efetivo a pedido do servidor, ou de ofício.
- (C) o afastamento do cargo decorrente de prática de infração disciplinar, apurada em inquérito administrativo, assegurada ao acusado ampla defesa, em obediência ao princípio do contraditório somente nos casos requeridos de ofício pelo próprio servidor.
- (D) a dispensa do cargo de confiança para o qual foi designado decorrente de prática de infração disciplinar, apurada em inquérito administrativo, assegurada ao acusado ampla defesa, em obediência ao princípio do contraditório.

20. A posse do servidor no cargo público ocorrerá no prazo de
- (A) 30 (trinta) dias contados da aprovação em concurso público.
 - (B) 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento.
 - (C) 30 (trinta) dias após o encerramento do estágio probatório.
 - (D) pelo menos 06 (seis) meses de declaração de vacância de algum cargo público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Abaixo pode ser visto um esquema da ocupação por edifícios em lâmina das *superquadras* do Plano Piloto de Brasília-DF. O projeto é de autoria do arquiteto Lúcio Costa. Considerando exemplos como este, e a relação entre *Desenho Urbano*, *Planejamento Urbano* e *Urbanismo* (em termos conceituais e técnicos), podemos dizer que:

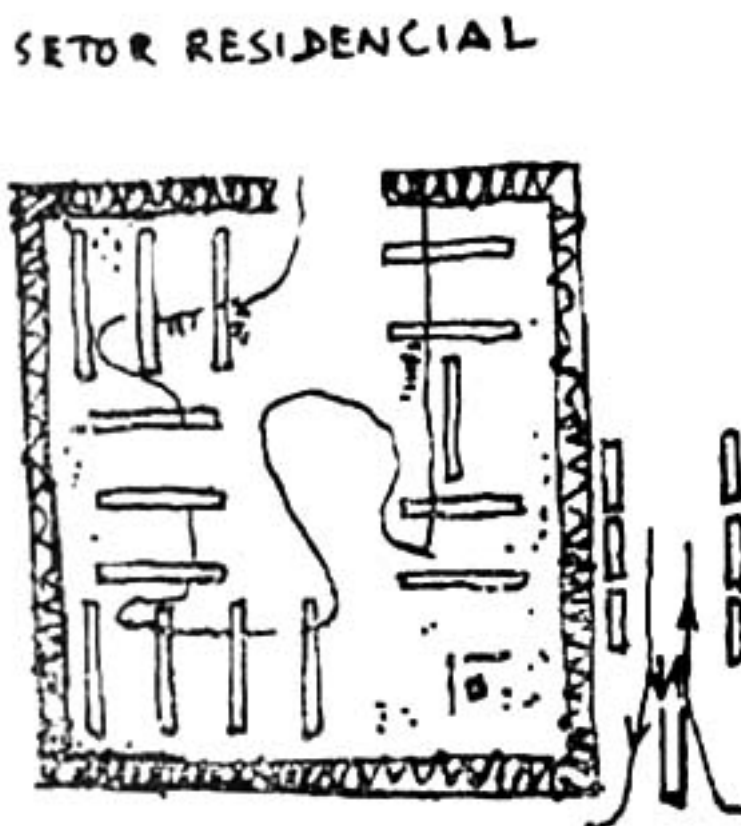


Ilustração 1 Brasília-DF. Esquema livre de ocupação de *superquadras* do Plano Piloto; edifícios dispostos em arranjos lineares em torno de áreas livres e estacionamentos. Arquiteto Lúcio Costa. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=576780&page=3>>. Acesso em: 1 mai. 2009.

- (A) São atribuições de arquitetos e urbanistas: disciplinar, controlar e ordenar a ocupação do espaço urbano, estabelecendo padrões de assentamento, alinhamento, densidade e uso do solo. Desenho, planejamento e urbanismo são, em essência, idênticos. A diferença de denominação, portanto, tem razões meramente históricas: a tradicional nomenclatura “urbanismo” designava as ações de incremento da salubridade nas cidades industriais do século dezanove; o “planejamento urbano” seria uma atividade de caráter político e burocrático e o “desenho urbano”, mais recente, viria para dar forma ao espaço da cidade, relegado até os anos 1960.
- (B) O Desenho Urbano é uma interface entre o Urbanismo e a Psicologia Ambiental que cria controles do uso e ocupação do solo e de comportamento dos indivíduos. Nos anos 1960, a cidade foi interpretada como local do esvaziamento dos espaços públicos, da violência, da pobreza e da falta de referências espaciais. O Desenho analisa e concebe o ambiente da cidade, onde obstáculos, vias, locais abrigados e a morfologia em geral determinam a anulação dos problemas citados, através da forma urbana e de seu desempenho, com impacto no comportamento do cidadão.

- (C) O Urbanismo é a atividade analítica e projetual do ambiente construído à escala urbana; o Planejamento Urbano, em interface com o Urbanismo, aborda problemas urbanos na dimensão sócio-econômica, relacionando formas de uso e ocupação ao desenvolvimento econômico e às relações sócio-culturais na cidade; o Desenho Urbano é uma atividade que busca suprir a lacuna do Planejamento Urbano na relação entre desempenho do ambiente construído e sociedade.
- (D) O planejamento urbano de Brasília seguia o Modernismo arquitetônico, e tinha, no arranjo das superquadras, uma racionalidade de divisão dos fluxos para evitar a aglomeração e os conflitos típicos da cidade contemporânea. Esse arranjo já era, à época, uma decisão de Desenho Urbano, bem-sucedida por segmentar as classes e grupos sociais potencialmente antagônicos, opostos, o que é desejável em termos urbanísticos.

22. Considerando o clima do tipo quente-úmido da Região Norte do Brasil, com elevadas temperaturas médias e baixa amplitude térmica, uma proposta paisagística deveria atender, entre outros fatores, a princípios de:

- (A) Especificação de exóticas, do tipo palmáceas, para criar corredores de sombreamento, abrigo e tunelamento de correntes aéreas, alinhados ao passeio público; concepção chamada de *paisagismo californiano*. Tal diretriz deve ter uso de arbustivas de pequeno porte, de modo a reter correntes de ar quente, em geral rentes ao solo.
- (B) Concepção de cobertura vegetal em níveis, com as forrageiras permitindo a percolação do terreno e a amenização da temperatura, as arbustivas criando anteparos ao som e aos poluentes suspensos, e atuando sobre processos erosivos, e as arbóreas criando zonas sombreadas e estabilização das camadas superficiais do solo.
- (C) Incremento das áreas sombreadas, com uso inteligente de espécies arbustivas de médio porte, espaçadas generosamente, de modo a atender extensivamente a todo o terreno. Uso de espécies de copa compacta e folhagem mais rarefeita, de modo a filtrar a incidência de luz e potencializar a iluminação natural do sítio.
- (D) Potencialização das correntes de ar, através de corredores de espécies arbóreas de grande porte, dispostos linearmente no sentido Norte-Sul, de modo a acelerar as massas de ar e, assim, criar o efeito túnel de vento.

23. Sobre os modelos de uso e ocupação do solo, os instrumentos de planejamento urbano e os índices urbanísticos é correto afirmar que:

- (A) A taxa de ocupação, associada ao índice de aproveitamento do lote, permite modelar o aproveitamento de terreno urbano de tal modo que sua edificação resultará em uma forma específica, e por isto tal associação é considerada necessária e suficiente para regular a ocupação em áreas de entorno de bens tombados pelo patrimônio histórico-cultural.
- (B) Havendo definição precisa do índice ou taxa de ocupação de lote para cada zona da área urbana cessa de existir a necessidade de definição de medida linear de recuos e afastamentos dos limites de lote para sua edificabilidade, sendo cumpridas as exigências urbanísticas de salubridade da ocupação do solo.
- (C) É padronizada por legislação federal brasileira a medida linear de afastamentos laterais de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) para ocupação de lote urbano, o que condiciona os esquemas de uso e ocupação do solo das leis vigentes, de modo a estabelecer padrões sanitários e de respeito à propriedade privada.
- (D) O zoneamento se constitui no recurso mais usual de ordenamento de uso e ocupação do solo urbano, consistindo em fazer incidir sobre uma poligonal fechada ou corredor linear, determinado repertório de atributos; funcionais, morfológicos, setoriais (exigências quanto a transportes, saneamento, forma da edificação).

24. A partir dos padrões técnicos vigentes de acessibilidade arquitetônica é correto afirmar que:

- (A) Rampas construídas em edificações novas devem atender a requisitos de acessibilidade tais como a largura mínima de vão livre, medida internamente entre as superfícies dos guarda-corpos ou barras de apoio laterais ao vão. Este vão livre deve ter pelo menos 55 centímetros, medida equivalente a uma *unidade de passagem* (UP).
- (B) Rampas com inclinações dentro do tolerável pelas normas técnicas vigentes, isto é, entre 1:8 e 1:20, não apresentam limites para extensão de lances, nem obrigatoriedade de posicionamento de patamar em nível, para descanso, exceto em casos de mudança de direção no deslocamento, orientado pelo eixo da rampa.
- (C) Rampas devem ter inclinação acessível. Podem ter guarda-corpo em altura em torno de 92 cm, com barra de apoio tubular com seção de 4 cm de diâmetro, de modo que sejam vencidas as alturas, dentro das exigências, com patamar para descanso com profundidade de 1,20 m mínimos, e com definição do número de lances contínuos.
- (D) Rampas em edificações novas devem atender a critérios de acessibilidade universal. Assim, edifícios acessíveis devem ter trajetos planos e/ou rampados, segmentados para PNE. Esses se deslocariam em espaços exclusivos, não necessariamente coincidentes com os espaços dos fluxos dos demais usuários da edificação.

25. Considerando as recomendações técnicas e resoluções vigentes que disciplinam o planejamento e o projeto de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS) podemos dizer que:

- (A) Mesmo quando há CPN (*Centro de Parto Normal*) no EAS, há necessidade de um *Centro Obstétrico*, com Sala de Parto Normal e Sala de Parto Cirúrgico/Curetagem, ou, pelo menos, em EAS de referência nas proximidades, a uma distância percorrível em até 1 h.
- (B) Quando há CPN (*Centro de Parto Normal*) no EAS, é excluída a necessidade de um *Centro Obstétrico*, com Sala de Parto Normal e Sala de Parto Cirúrgico/Curetagem, uma vez que o CPN cobre as funções do Centro Obstétrico completo.
- (C) Na área pré-parto do Centro Obstétrico de um EAS, nas salas de *exame, admissão e higienização de parturiente* e de *pré-parto* não há necessidade de instalação de pontos de água fria ou, neste último, de gás oxigênio canalizado ou portátil.
- (D) No Centro Obstétrico de um EAS não há necessidade de banheiro com vestiários de barreira para funcionários, uma vez que uma função deste ambiente de apoio, a higienização e isolamento de contaminantes, é cumprida fora do Centro.

26. Sobre as instalações prediais de ar-condicionado e ventilação mecânica, utilizando o sistema automatizado *split*, com compressor remoto, é tecnicamente apropriado:

- (A) Dispor os compressores ao abrigo das intempéries, em ambiente coberto com pequenas aberturas, permanentemente abertas de modo a facilitar a troca de ar.
- (B) Captar sempre o próprio ar interno dos ambientes climatizados, de modo que os aparelhos melhorem permanentemente a qualidade do ar, devendo-se evitar ao máximo qualquer entrada de ar externo ao sistema climatizado.
- (C) Evitar, em ambientes sem disponibilidade de muitas áreas abertas para ventilação, a especificação de aparelhos recentes, do tipo *Cassete*, inapropriados a essa situação devido à presença de tecnologia de ventilação mecânica associada à climatização de ar.
- (D) Prever, nos ambientes climatizados, aberturas pré-dimensionadas para renovação e captação do ar externo, não-viciado, de modo que o ar dos ambientes seja climatizado com aparelhos equipados com drenos, capazes de escoar a umidade condensada no ar.

27. Sobre o processo de execução e controle tecnológico de estruturas em concreto armado do tipo convencional podemos afirmar que:

- (A)** O processo de retirada das escoras de formas de lajes e vigas deve ser gradual, respeitando controle de umidade, tempo de cura e, em geral, recomenda-se deixar as escoras centrais apoiadas no começo do processo de desforma.
- (B)** O material de que devem ser feitas as formas para concretagem de lajes e pilares, como por exemplo a madeira, deve ter porosidade, de modo a absorver a água da mistura cimento-agregados-água, e, assim, controlar a qualidade do concreto.
- (C)** Recomenda-se controlar a umidade e evitar o excesso na superfície de lajes em concreto armado, no processo de cura. Assim, adota-se o procedimento de exposição da laje ao tempo, de preferência ao sol e sem cobertura, para redução de umidade e aceleração da pega.
- (D)** O processo de vibração serve para completar a mistura do concreto, tornando-o mais homogêneo. Testa-se o início do estado de pega do concreto com perfuração da superfície em cura, que deve ter plasticidade e retornar ao estado original; o final da pega caracteriza-se por deixar marca precisa do objeto inserido, em uma lacuna.

28. Considerando os efeitos do ambiente construído e de intervenções paisagísticas e de recuperação ambiental no espaço urbano, é tecnicamente apropriado conceber intervenções arquitetônicas e/ou urbanísticas que, em situação de clima quente-úmido,

- (A)** incrementem a absorção de radiação solar para efeito de redução de umidade, impregnada em materiais porosos, como os cerâmicos, muito presentes na região.
- (B)** incrementem o movimento do ar, promovam a evaporação, diminuam a pressão de vapor e criem anteparos físicos à insolação direta, para reduzir a absorção de radiação.
- (C)** reduzam a absorção de radiação, mas permitindo-a sobre o ambiente construído na estação seca, de modo a reduzir nele a perda de calor e a inércia térmica.
- (D)** tratem a umidade de forma seletiva, em espaços onde haja seu incremento, com superfícies de água, de modo a arrefecer o ambiente.

29. Abaixo pode ser consultado um fac-símile de mapa urbanístico em escala gráfica, referente à urbanização da Cidade Universitária da UFPA, em Belém-PA, projeto da década de 1970. Analise a escala do parcelamento e assinale a alternativa correta:

UFPA - BELÉM
MAPA DO SETOR PROFISSIONAL

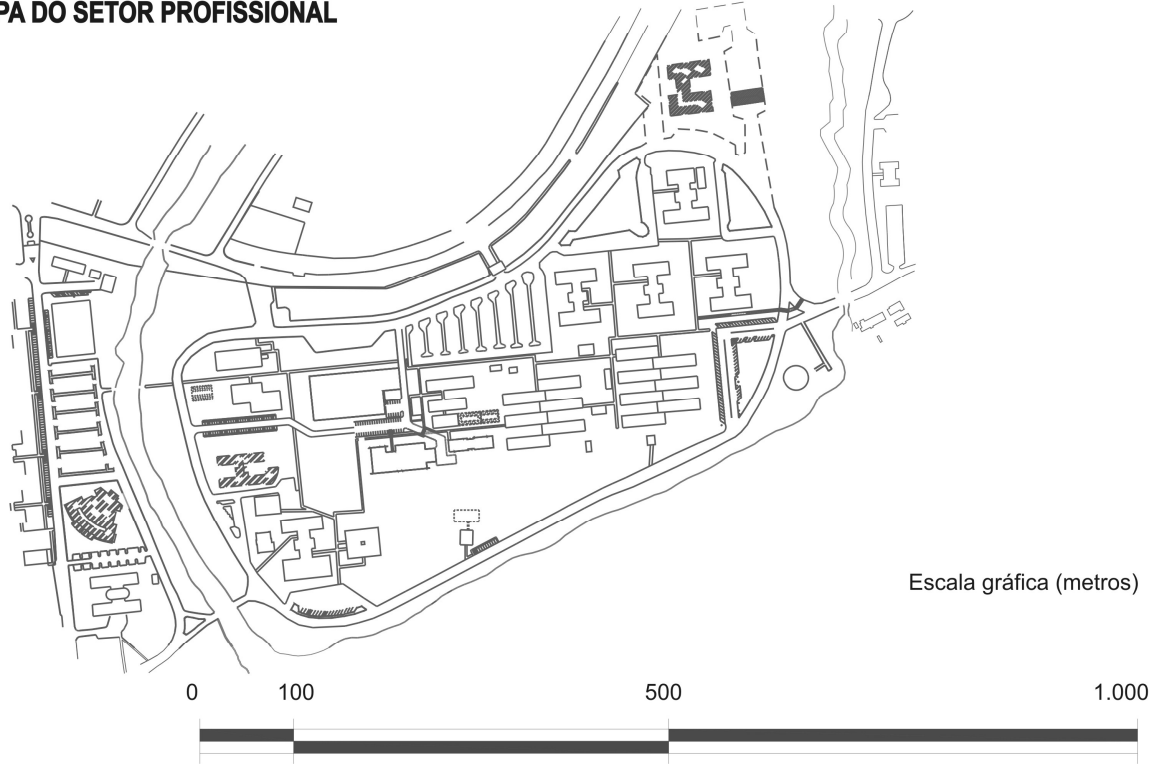


Ilustração 2 Mapa urbanístico do antigo *campus*, atual Cidade Universitária da UFPA. Mapa produzido pela Prefeitura da Cidade Universitária, abril de 2009.

- (A) As quadras de grande porte do *campus* universitário são apropriadas para caminhadas amenas, pois os blocos construídos são espaçados e a vegetação esparsa permite insolação, o que é desejável em todo o trajeto.
- (B) O partido urbanístico modernista racionalizava o deslocamento e a ocupação das quadras, com blocos construídos com o máximo de afastamento; não seguir estas diretrizes de ocupação rarefeita é o que se revela problemático.
- (C) Como se tornou usual no urbanismo modernista, este tipo de parcelamento ocasiona deslocamentos a pé extensos, desprotegidos, e articulação espacial pouco coesa entre as quadras projetadas, necessitando de adaptação às exigências locais.
- (D) O contorno sinuoso das faces de quadra exibidas no mapa representa elemento de melhoria da segurança do tráfego, por reduzir a velocidade dos fluxos e melhorar o acesso aos edifícios, favorecendo a implantação racional.

30. Considerando critérios de economicidade e racionalização de obras públicas de infra-estrutura, tome-se por exemplo a execução de intervenção de urbanização e saneamento ambiental em canal urbano, com implantação de sistema viário pavimentado, drenado, iluminado e sinalizado. Neste caso, para preparação do terreno, fez-se necessária remoção de terra, medida em “carradas”, isto é, no volume de caminhões basculantes. A instância decisória do Poder Público, para efeito de estimativa e orçamento, trabalha com dados referentes a caminhões de capacidade de 4m^3 , e na obra o maquinário efetivamente operante trabalha com capacidades acima de 10 m^3 . Assinale a alternativa mais apropriada tecnicamente:

- (A) Remunerar a empreiteira pelo volume de terra removido com base em volumes de 4 m^3 é mais econômico e racional para o Poder Público, pois reduz perdas, permite o controle do volume removido em múltiplos de 4, mais refinados, portanto, matematicamente, do que 10.
- (B) Medir a remoção de terra com base em caminhões de capacidade de 10 m^3 ou mais, de acordo com a realidade efetiva da obra, é mais econômico e racional, pois permite agregar os volumes em um número menor de viagens e tem custo relativo inferior.
- (C) O Poder Público tende a ganhar com a medição feita a partir de caminhões de 4 m^3 , uma vez que há menor possibilidade de desvio de aterro removido, o que representa lucratividade indireta por parte da empreiteira, procedimento considerado ilícito.
- (D) Havendo controle rigoroso das medições não há discrepâncias na avaliação da remoção de terra entre o caso de caminhões de 4 m^3 , de 10 m^3 ou mais de capacidade, sendo esta apenas uma questão de precisão técnica e não de custo, em última instância.